



ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA: A inserção dos estudantes no Projeto Político-Pedagógico

SILVA, Janaina Maria de Almeida¹
ANJOS, Luiz Henrique Ferreira dos²
COSTA, Maiara Ferreira de Souza³
TAVARES, Wellington Rodrigues Macêdo⁴
MORAES, Maria de Fátima de⁵
NETO, Ana Lucia Gomes Cavalcanti⁶

RESUMO: O Projeto Político-Pedagógico (PPP) constitui-se como instrumento fundamental para a organização do trabalho pedagógico e para a efetivação da gestão democrática na escola, prevendo a participação dos diferentes sujeitos escolares, incluindo os estudantes. Neste estudo, analisa-se a inserção dos estudantes no Projeto Político-Pedagógico, problematizando as relações entre o discurso da participação estudantil e sua efetivação nas práticas escolares. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza documental, realizada no âmbito do PIBID Biologia, por meio da análise do PPP de uma Escola de Referência em Ensino Médio, localizada na cidade de Carpina-PE. Foram examinadas menções à participação discente, mecanismos de escuta e inclusão dos estudantes, bem como propostas relacionadas ao protagonismo estudantil, a partir de categorias previamente definidas. Os resultados evidenciaram que o documento valoriza, em seu discurso, a participação estudantil, porém não apresentou mecanismos concretos que assegurem a atuação dos estudantes em sua elaboração ou revisão. Foi identificada uma distância entre o que é anunciado no documento e as práticas efetivamente desenvolvidas, revelando que o protagonismo estudantil permanece mais no plano discursivo do que operacional. Além disso, há fragilidades na apropriação do documento pelos discentes e limitações nos espaços institucionais de escuta e participação. Esses resultados apontam para a necessidade de fortalecer mecanismos que promovam a inserção efetiva dos estudantes nos processos decisórios e na construção do PPP.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Político-Pedagógico; participação estudantil; gestão democrática; protagonismo discente; PIBID.

¹ Graduando em Licenciatura em Ciências Biológicas, Bolsista Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência - PIBID, Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte, janaina.almeidasilva@upe.br

² Graduando em Licenciatura em Ciências Biológicas, Bolsista Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência - PIBID universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte, luiz.anjos@upe.br

³ Graduando em Licenciatura em Ciências Biológicas, Bolsista Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência - PIBID universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte, maiara.ferreira@upe.br

⁴ Graduando em Licenciatura em Ciências Biológicas, Bolsista Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência - PIBID universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte, wellington.rmtavares@upe.br

⁵ Escola de Referência em ensino médio, graduada em Biologia, mfatimamoraes@gmail.com

⁶ Doutora em ensino de Ciências, Professora do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade de Pernambuco Campus Mata Norte Coordenadora do Subprojeto Pibid Biologia do Campus Mata Norte, analucia.neto@upe.br



1 INTRODUÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) constitui-se como um dos principais instrumentos de organização do trabalho pedagógico e de definição da identidade da escola, articulando princípios, objetivos, práticas e intencionalidades que orientam a ação educativa. Mais do que um documento administrativo, o PPP representa um mecanismo político e pedagógico construído coletivamente, que expressa concepções de educação, de gestão e de formação humana, além de orientar o funcionamento da escola em suas dimensões pedagógica, social e democrática. Nesse sentido, discutir o PPP implica compreender sua relevância para a consolidação de práticas participativas e para a efetivação de uma educação comprometida com a cidadania e com a transformação social.

Conforme Veiga (1995), o Projeto Político-Pedagógico deve ser compreendido como um processo permanente de reflexão e construção coletiva, voltado à organização do trabalho pedagógico da escola em sua totalidade. Nessa perspectiva, o PPP não se reduz a um documento burocrático, mas constitui-se como instrumento vivo, construído e vivenciado por toda a comunidade escolar. Essa compreensão dialoga com Gadotti (1994 *apud* Veiga, 1995), ao afirmar que todo projeto pressupõe rupturas com o presente e projeções para o futuro, implicando compromisso coletivo com a transformação da realidade educacional.

No campo legal, a centralidade do PPP é fortalecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que estabelece a responsabilidade das instituições de ensino na elaboração e execução de sua proposta pedagógica, reafirmando princípios como autonomia e gestão democrática. Nessa direção, a relação entre PPP e gestão democrática é indissociável, pois sua construção exige participação, diálogo e compartilhamento de decisões entre os diferentes sujeitos escolares. Para Libâneo (2001), a gestão democrática fundamenta-se na participação coletiva e na construção compartilhada dos objetivos da escola. De acordo com Paro (2001) a democratização da escola pública só se concretiza quando há condições reais de participação dos sujeitos envolvidos.

Nesse debate, a inserção dos estudantes no Projeto Político-Pedagógico assume especial relevância, considerando que a participação discente não deve restringir-se ao plano discursivo, mas constituir-se como prática efetiva nos



processos de construção e vivência do projeto educativo. Souza (2006; 2009) reforça que a gestão democrática envolve processos políticos de deliberação e participação ativa, exigindo o reconhecimento dos estudantes como sujeitos do processo educativo. Tal perspectiva aproxima-se do pensamento de Freire (1996), para quem a educação se constrói na dialogicidade, na participação e no exercício da autonomia, sendo incompatível com práticas autoritárias ou excludentes. Para o autor, uma educação verdadeiramente democrática pressupõe o reconhecimento dos educandos como sujeitos históricos, capazes de intervir criticamente na realidade.

Entretanto, embora a participação estudantil seja amplamente defendida no discurso pedagógico e nos princípios que orientam o PPP, sua materialização no cotidiano escolar ainda se apresenta como desafio. Laurentino e Brandão (2025) destacam que, apesar dos avanços nas proposições sobre gestão democrática, persistem obstáculos para a efetivação de práticas participativas concretas nas escolas públicas. Nesse contexto, evidencia-se a tensão entre aquilo que é anunciado nos documentos institucionais e aquilo que se realiza na prática, especialmente no que se refere à inserção dos estudantes nos processos decisórios e na construção do Projeto Político-Pedagógico.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar a inserção dos estudantes no Projeto Político-Pedagógico, problematizando as relações entre o discurso da participação estudantil e sua efetivação nas práticas escolares. Busca-se compreender em que medida os estudantes são reconhecidos como sujeitos participantes na construção e vivência do PPP, refletindo sobre os limites e possibilidades da gestão democrática no contexto escolar.

Assim, o presente trabalho parte da discussão sobre a importância do Projeto Político-Pedagógico, sua relação com a gestão democrática e a participação estudantil, desenvolvendo, ao longo do texto, reflexões sobre as contradições existentes entre os princípios anunciados e as práticas efetivamente vividas na escola. O presente estudo foi norteado pela seguinte questão: Há evidências de participação coletiva dos docentes na elaboração e revisão do PPP? A ação de discussão sobre o papel do PPP e análise do documento se deu no contexto do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), subprojeto Biologia, da Universidade de Pernambuco *Campus* Mata Norte



2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, de natureza documental, tendo como objeto de análise o Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma Escola de Referência em Ensino Médio, localizada na cidade de Carpina-PE. O estudo tem como foco investigar de que maneira ocorre a inserção dos estudantes nesse documento, considerando tanto sua participação na elaboração quanto sua representação nas diretrizes pedagógicas.

Para isso, foi realizada uma análise documental do PPP, na qual foram identificadas menções à participação estudantil, mecanismos de escuta e inclusão dos discentes, tal como propostas relacionadas ao protagonismo estudantil. A análise foi orientada por categorias definidas previamente, como participação na construção do documento, representação estudantil e práticas pedagógicas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola de Referência em Ensino, campo do PIBID, evidenciou, a valorização da participação estudantil e do protagonismo discente, como a referência ao "Grêmios Estudantis" no organograma (p. 16) e na avaliação coletiva de metas (p. 25). Contudo, não foram identificados mecanismos de participação ativa dos alunos na elaboração do documento, como reuniões ou consultas formais, tornando sua inserção mais declaratória que operacionalizada.

Nesse sentido, os resultados apontam para uma distância entre o discurso presente no PPP e sua efetiva prática, reforçando a ideia de que, muitas vezes, esse documento assume um caráter mais formal do que prático. Tal evidência contradiz a perspectiva de Veiga (1995), para quem o PPP deve ser uma construção coletiva vivenciada no cotidiano escolar, e não mero cumprimento de obrigações legais. Franzen (2018) complementa ao reforçar que a construção coletiva via diálogo é crucial.

Contrariamente ao exposto pelos referidos autores, no caso analisado foi evidenciado que o protagonismo estudantil permanece no discurso. Os achados corroboram com as discussões de Dourado (2007) ao evidenciar que, apesar dos



avanços no campo normativo e discursivo, ainda persistem obstáculos para a concretização de práticas participativas nas escolas públicas.

No estudo, tal carência de participação foi evidenciada também no fato dos estudantes, em sua maioria, não terem conhecimento do documento, tampouco participarem de processos de revisão ou modificações do referido projeto. Sem esse envolvimento, o protagonismo estudantil tende a permanecer no plano das intenções, sem se traduzir em ações estruturadas que garantam a participação efetiva dos discentes nos processos decisórios.

Diante desse cenário, destaca-se a necessidade de fortalecimento de mecanismos institucionais que promovam a escuta ativa dos estudantes e sua inserção nos processos decisórios e pedagógicos da escola, neste caso, na construção e revisão do PPP.

A criação de espaços efetivos de escuta, como assembleias, conselhos, rodas de conversa podem ser um caminho para a efetivação da participação dos discentes no processo educativo. Além disso, a própria divulgação do documento em linguagem acessível e em diferentes contextos da rotina escolar configura-se como elemento primordial para sua apropriação pelos discentes. Tal movimento é fundamental para que o documento deixe de assumir um caráter predominantemente formal e passe a refletir, de fato, a dinâmica coletiva e democrática da escola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo de análise do Projeto Político-Pedagógico, consideramos que este não deve ser entendido como um simples documento formal elaborado apenas para cumprir exigências legais, mas como um instrumento fundamental para a organização do trabalho pedagógico e para a efetivação da gestão democrática na escola. No entanto, observamos que, na realidade de muitas instituições, especialmente nas redes públicas, o PPP acaba sendo utilizado predominantemente como um documento obrigatório, produzido para atender às determinações dos órgãos educacionais, sem que haja efetiva aplicação em sua prática cotidiana.

Consideramos também, pensando o PPP como um processo contínuo de “ação-reflexão-ação”, que a escola precisa ser compreendida como um espaço em



permanente construção. Isso exige que o documento não apenas oriente práticas, mas seja constantemente revisitado, avaliado e reconstruído de forma coletiva, garantindo a participação efetiva de todos os sujeitos envolvidos, especialmente dos estudantes.

Consideramos ainda que, na realidade analisada, o PPP tende a assumir um caráter predominantemente burocrático, com pouca inserção dos discentes nos processos de elaboração, revisão e vivência do projeto educativo. O cenário revela fragilidade na consolidação de uma gestão verdadeiramente democrática, na medida em que limita o protagonismo estudantil.

Por fim, consideramos fundamental fortalecer mecanismos institucionais que promovam a participação ativa dos estudantes, como espaços de escuta, e práticas pedagógicas que incentivem o diálogo e a construção coletiva. Além disso, a socialização do PPP em linguagem acessível e em diferentes momentos da rotina escolar. A efetiva participação estudantil no Projeto Político-Pedagógico não apenas contribui para a democratização da escola, mas também potencializa a construção de uma educação mais crítica, participativa e comprometida com a formação cidadã.

5 AGRADECIMENTOS

Deixamos nosso agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio concedido por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, fundamental para nossa formação profissional ao proporcionar experiências significativas para o desenvolvimento docente; expressamos também nossa gratidão à coordenadora do subprojeto de Biologia do Campus Mata Norte, professora Ana Lucia Gomes Cavalcanti Neto, pelo acompanhamento, orientação e dedicação ao longo do programa; e agradecemos, ainda, a todos os colegas de equipe, pois, juntos, construímos conhecimentos e vivenciamos aprendizagens enriquecedoras.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, out. 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313704014>. Acesso em: 20 abr. 2026.

FRANZEN, Ângela Balz. **Relação entre gestão democrática, gestão do pedagógico e Projeto Político-Pedagógico**. 2018. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Maria.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. Pressupostos do projeto pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995.

LAURENTINO, Mariana Aparecida de Almeida; BRANDÃO, Carlos da Fonseca. Gestão democrática da escola pública: propostas, desafios e possibilidades. In: LAHAM, Stelamary Aparecida Despincieri; BRANDÃO, Carlos da Fonseca (org.). As políticas públicas educacionais no contexto dos estudos comparados. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 2025. p. 97-114. Disponível em: DOI: [10.36311/2025.978-65-5954-618-3](https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-618-3). Acesso: 17 de abril de 2026

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

NASCIMENTO, Francisco Jeovane do; NASCIMENTO, Rita de Cássia do; LIMA, Maria Socorro Lucena. **O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO COMO PRINCÍPIO ORIENTADOR DAS PRÁTICAS ESCOLARES: THE POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECT AS A GUIDING PRINCIPLE FOR SCHOOL PRACTICES**. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 29, n. 2, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2020v29n2.52963. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/52963>. Acesso em: 20 abr. 2026.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 2001. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 29, n. 2, p. 119–141, maio/jul. 2020. Disponível em: https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/gdep_4ed-rev-atual-2.pdf. Acesso: 18 de abril de 2026

VEIGA, I. P. A. **O projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. São Paulo: Papirus, 1995.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Gestão escolar democrática: desafios e perspectivas**. Curitiba: UFPR, 2006.



III CONENORAT

II CONGRESSO NORTE-NORDESTE PIBID
FOPER - FÓRUM DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM RONDÔNIA

SOUZA, Ângelo Ricardo de. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 123-140, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edur/a/fF53XWVkxxbhpGkqvckvkH/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso: 18 de abril de 2026

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995.